

## Corpos costumam a ser liberados

FÁTIMA ALMEIDA  
REPÓRTER

A situação no Instituto Médico Legal (IML) continua caótica, mesmo com a decisão liminar do presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Sebastião Costa Filho, que determinou, em caráter liminar, a liberação dos cadáveres para sepultamento, sem a realização da devida necropsia e emissão do atestado de óbito.

Sem emprego, em situação de extrema pobreza e com 8 filhos para criar, a dona de casa Maria Cícera da Conceição já veio quatro vezes, de União dos Palmares, para tentar pegar o atestado de óbito do marido, que morreu num acidente de carro, no dia 16, e foi sepultado no dia 18. Sem dinheiro, tem contado com a caridade dos vizinhos, que fazem cotas para garantir a passagem. Entre outras coisas, o atestado é documento essencial para que dê entrada no seguro de vida por acidente de trânsito.

Ontem, a informação de que o documento não



Caos se instala no IML e cadáveres ainda podiam ser vistos, ontem, espalhados pelo chão

sairia por causa da greve fez com que ela desabasse num choro silencioso.

Esta é a terceira paralisação no IML este ano. E mais uma vez a sociedade é a mais prejudicada, sobretudo os familiares dos mortos. Isto porque a decisão da Justiça evita o retrato degradante de corpos acumulados, mas remete aos familiares uma dúvida cruel: levar o morto para sepultamento, para depois reviver todo o sofrimento com a exumação, ou deixá-lo no IML,

sem ser enterrado, até que a situação se resolva e a necropsia possa ser feita.

“É uma situação humilhante, num momento em que a gente está mais fragilizado”, falava Zezita Soares, enquanto tentava decidir, junto com a família, sobre a liberação do corpo do sobrinho José Alfredo Soares, morto em um acidente, ontem.

Foi um funcionário do IML quem acabou forçando uma decisão, com uma versão meio distorcida da medida judicial. “Ele disse

que o Tribunal de Justiça está obrigando os familiares a levarem seus mortos”, disse Zezita.

Por causa da decisão da Justiça, houve uma redução no acúmulo de corpos no IML. Por telefone, o diretor Luiz Mansur informou que 17 corpos foram liberados no domingo, mas informações no local davam conta de que as gavetas continuavam cheias, e alguns corpos estavam no chão, do lado de fora, como foi fotografado pela **Gazeta. FA**

## Governo alega cumprir sua parte com categoria

A **Gazeta** tentou falar com o secretário de Defesa Social, Dário Cesar, mas não obteve êxito. Por meio da assessoria de comunicação, o Instituto de Criminalística, ao qual é vinculado o IML, informou que o Estado está cumprindo o que determinou a Justiça, quanto à liberação dos corpos, mediante assinatura das famílias, tomando ciência de que, após a greve, o corpo sepultado nessa condição, deverá ser exumado para a necropsia.

Disse também que o governo já vinha cuidando da reforma do Centro de Ciências Biológicas (CCBI) da Ufal e da construção do novo IML, e que a negociação com os legistas vinha sendo feita com a intermediação do próprio presidente do Tribunal de Justiça, e que previa o pagamento da bolsa formação, no valor de R\$ 2.700, mais uma gratificação no valor de R\$ 1.000, mas que esse processo foi interrompido pela greve.

Em sua decisão, o desembargador Sebastião Costa Filho diz que o Esta-

do ofereceu os legistas uma bolsa equivalente a 100% da remuneração, e disponibilizou a sede e os equipamentos do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) para a realização das necropsias, considerando “injustificável e temerária” a conduta do sindicato, pela retomada da greve.

Para o diretor do IML, Luiz Mansur, houve descumprimento da decisão da presidência do TJ, que havia proibido a paralisação do serviço essencial da perícia médico-legal.

O gerente do SVO, médico patologista Henrique Costa, explicou que o órgão só pode atuar nos casos de mortes clínicas, porque os médicos de lá não são legistas. Mas informou que, mesmo com a greve, a estrutura do SVO continua sendo utilizada pelos legistas do IML, para fotografar e catalogar detalhes dos corpos, antes da liberação, de forma que não se percam detalhes que possam ajudar no esclarecimento das mortes por causas externas. **FA**